A este grupo pertence a quarta parte das vagas dos porcionistas civis.

6.º *Porcionistas civis*.— Que são os filhos dos indivíduos da classe civil, que pagarão a pensão annualmente estabelecida, bem como as despesas de-alimentação.

Os filhos dos oficiais milicianos do exército activo, que não estejam ao abrigo do decreto n.º 7:823, de 1921, que concorram a este grupo, têm preferência para a admissão.

Os filhos de militares noutra situação que concorram a este grupo não têm qualquer preferência.

Ao 1.º e 2.º grupo só podem pertencer os menores compreendidos no n.º 1.º do artigo 3.º de que trata a disposição 1.ª

4.ª

As pensões a pagar pelos alunos, tanto já admitidos como a admitir, serão estabelecidas annualmente pelo Conselho Tutelar dos Exércitos de Terra e Mar e submetidas à aprovação do Ministro da Guerra antes da abertura do concurso para a admissão de alunos, para lhe ser dada a devida publicidade.

Além das pensões já referidas concorrerão também com o auxílio para a alimentação que fôr estabelecido.

As pensões serão pagas desde o começo do ano lectivo e ininterruptamente, sem desconto algum, enquanto os alunos pertencerem aos estabelecimentos.

Os alunos admitidos depois da abertura das aulas pagarão desde a data da admissão.

Os órfãos que, em vista dos seus recursos, não devam ser classificados no 1.º grupo pagarão a pensão que pagaria seu pai no grupo em que fôr justa a sua classificação.

5.ª

A transferência para qualquer dos grupos de que trata a disposição 3.ª poderá dar-se quando se prove que o aluno passou a estar em condições para transitar para outro grupo.

6.ª

Em conformidade com a lei n.º 1:150, de 15 de Abril de 1921, os órfãos e filhos de mutilados da Grande Guerra não pagam pensão.

7.ª

O preenchimento de vagas de alunos no Colégio Militar e nos institutos será feito por concurso, o qual será aberto por tempo não inferior a trinta dias e anunciado na *Ordem do Exército* e em dois jornais dos mais lidos da capital.

8.ª

Os requerimentos feitos pelos pais ou tutores dos candidatos deverão dar entrada na secretaria do Conselho Tutelar até as dezasseis horas do último dia do concurso, acompanhados dos seguintes documentos, conforme os casos :

a) Para o Colégio Militar :

1.º Certidão de idade em que o candidato prove ter no dia 6 de Outubro, começo do ano lectivo, 10 anos ou os completa até 31 de Dezembro, e menos de 11 anos para a matrícula na 1.ª classe e menos de 12 para a matrícula na 2.ª classe;

2.º Certidão de exame de admissão ao liceu; ou

3.º Certidão de passagem na 1.ª classe;

4.º Atestado de ter sido vacinado ou ter tido varíola de que não padece de doença crónica ou contagiosa;

5.º Nota dos assentos do pai;

6.º Atestados que comprovem qualquer preferência;

7.º Certidão de óbito do pai, quando esta não conste da nota dos assentos, ou a *Ordem do Exército*, devidamente selada, onde conste o falecimento;

8.º Documento comprovativo de todos os vencimentos ou dos rendimentos dos pais, bem como de seus filhos e das pensões de sangue ou montepios;

9.º Documentos comprovativos dos filhos menores que tiver a seu cargo, indicando a data do nascimento de cada um;

10.º Declaração de que se obriga ao pagamento da pensão do grupo em que seu filho fôr classificado, bem como outras despesas do internato, e à apresentação do enxoval regulamentar;

11.º Para os candidatos do 5.º e 6.º grupo, declaração do pai ou tutor de que se obriga a pagar as pensões em trimestres adiantados, abonada por fiador idóneo;

12.º Quando os pais forem viúvos, documento recente em que provem conservar-se nesse estado;

13.º Para os candidatos indigentes ou pobres, documento comprovativo da sua indigência ou pobreza, passado pela junta de paróquia e confirmado pela autoridade administrativa, no qual devem constar os recursos ou importância dos proventos de que vivem, bem como seus pais ou ascendentes obrigados aos alimentos;

14.º Declaração de ter ao tempo algum filho a educar no Colégio Militar ou nos institutos ou de já o ter tido;

15.º Os documentos indicados nos n.ºs 8.º, 9.º e 14.º podem ser substituídos por uma declaração impressa, cujo modelo é fornecido pelo Conselho Tutelar, quando fôr completamente preenchida, confirmada e autenticada.

b) Para o Instituto Profissional dos Pupilos do Exército:

Requerimento e documento como é exigido aos candidatos ao Colégio Militar, excepto na parte de habilitações literárias e idade, que serão:

Para a 1.ª secção, estar habilitado na 2.ª classe de instrução primária geral.

Só podem ser admitidos nesta secção os menores que tiverem, em regra, mais de 9 anos e menos de 13 no dia 6 de Outubro.

Para a 2.ª secção, ter alguma das seguintes habilitações:

Curso geral dos liceus (2.ª secção);

Curso de uma escola preparatória ou exame do curso equivalente professado na Casa Pia de Lisboa;

Diploma de instrução primária superior;

Um exame de entrada feito no Instituto.

Só podem ser admitidos a este exame os menores que não tiverem menos de 15 anos nem mais de 16 no dia 6 de Outubro.

c) Para o Instituto Feminino de Educação e Trabalho:

Os mesmos documentos que para o Colégio Militar, excepto os de habilitações literárias e idade, que serão:

Para a 1.ª secção, mais de 7 anos e menos de 13, no dia 6 de Outubro.

Quando tiverem mais de 10 anos devem estar habilitadas com a 1.ª classe de instrução primária geral.

Para a 2.ª secção, podem ser admitidas as menores com menos de 16 anos no dia 6 de Outubro e que tiverem, pelo menos, habilitação da 5.ª classe de instrução primária geral, ou exame de admissão à Escola Primária Superior.

Os candidatos que tiverem de fazer exame na 2.ª época serão classificados condicionalmente, até apresentação as respectivas certidões, em conformidade com a lei n.º 1:369, de 21 de Setembro de 1922.

Todos os documentos devem ser reconhecidos por no-

tário de Lisboa, quando não estejam autenticados com o selo em branco da repartição competente.

Devem ser feitos em papel selado, quando não forem acompanhados de atestado de pobreza.

9.^a

Não são válidos os requerimentos feitos para concursos anteriores.

As viúvas, com os novos requerimentos, apresentarão atestado recente de que se conservam nesse estado.

10.^a

Compete ao Conselho Tutelar dos Exércitos de Terra e Mar a classificação dos candidatos pelo grupos de que trata a disposição 3.^a, tendo em consideração os postos, vencimentos e rendimentos, número de filhos menores e casos atendíveis devidamente comprovados.

11.^a

São condições de preferência para a admissão, dentro de cada grupo, as seguintes:

- 1.^a Órfão de pai e mãe;
- 2.^a Órfão de pai, continuando a mãe viúva;
- 3.^a Órfão de mãe, continuando o pai viúvo;
- 4.^a Contar, pelo menos, cinco irmãos menores de 14 anos que não estejam já internados em qualquer estabelecimento da Obra Tutelar, não tendo os pais nenhum outro rendimento além do soldo e correspondente gratificação;
- 5.^a Estar no limite máximo de idade para a admissão;
- 6.^a Ter o pai maior graduação de oficial;
- 7.^a Ter o pai maior antiguidade de oficial;
- 8.^a Ter maior número de irmãos de menor idade, não internados em qualquer estabelecimento da Obra Tutelar dos Exércitos;
- 9.^a Não ter ao tempo nenhum irmão a educar no mesmo estabelecimento;
- 10.^a Mais ou melhores habilitações literárias;
- 11.^a Não ter tido irmãos a educar no mesmo estabelecimento;
- 12.^a Ter mais idade;
- 13.^a Prestação de serviços relevantes à Pátria pelo pai do candidato;
- 14.^a Menos vencimento do pai;
- 15.^a Mais avançada idade do pai;
- 16.^a Precedência da entrega dos documentos na secretaria do Conselho Tutelar.

Entre os órfãos têm preferência os filhos dos militares condecorados com a Ordem da Torre Espada.

12.^a

Preenchidas as vagas pelos candidatos classificados no 1.^o grupo serão as restantes divididas em seis partes, das quais serão destinadas três partes ao 2.^o grupo, duas ao terceiro grupo, e uma parte ao quarto grupo.

As vagas que sobejarem em qualquer dos grupos serão divididas em partes iguais pelos restantes.

Quando o número de vagas de qualquer grupo fôr inferior ao dos requerentes, será dividido proporcionalmente ao número dos candidatos, grupados segundo a graduação dos pais na ordem seguinte:

- a) Officiais generais e officiais superiores do exército e armada;
- b) Capitães ou primeiros tenentes;
- c) Officiais subalternos ou segundos tenentes e guardas-marinhas e aspirantes a official;

d) Sargentos de qualquer classe;

e) Praças de graduação inferior a sargento.

Para a admissão no Instituto Profissional dos Pupilos do Exército serão primeiramente preferidos os filhos dos sargentos de qualquer classe e em seguida os filhos das outras praças de pré e depois os filhos dos officiais, todos pela ordem inversa das graduações.

13.^a

No Instituto Feminino de Educação e Trabalho será mantida a proporção entre filhas de officiais e praças de pré, respectivamente, de quatro quintos e um quinto.

O número de alunas socorridas não deverá ir além de um terço do número total se as condições económicas do Conselho o não permitirem.

Neste Instituto e no Instituto Profissional dos Pupilos do Exército as vagas serão distribuídas pelos candidatos dos diversos Ministérios na proporção dos subsídios por estes inscritos no orçamento para cada um dos Institutos.

14.^a

Quando as vagas que competem aos diferentes Ministérios não forem preenchidas na sua totalidade por candidatos filhos de militares, poderão as restantes ser preenchidas por filhos de funcionários civis dos ditos Ministérios, nas condições dos filhos dos militares, mas classificados no 5.^o grupo de que trata a disposição 3.^a, salvo se forem órfãos de pai, pobres, que neste caso, poderão ser classificados em outro grupo compatível com os rendimentos ou pensões que tiverem.

Quando estiverem em condições de serem socorridos só poderão ser admitidos se o Ministério respectivo concorrer com subsídio para o Conselho Tutelar que possa fazer face às despesas relativas aos alunos nestas condições.

Entre os funcionários civis terão a preferência os filhos dos professores do ensino official.

15.^a

Não podem ser educados ao mesmo tempo, como internos, no Colégio Militar ou nos institutos, dois irmãos, excepto se um deles pertencer ao 4.^o, 5.^o ou 6.^o grupos ou lhe aproveitarem as preferências 1.^a, 2.^a ou 4.^a de que trata a disposição 11.^a

16.^a

O enxoval e as despesas extraordinárias e ordinárias, bem como os transportes nas férias grandes, quando forem gozadas nas localidades onde estão residindo habitualmente os pais ou tutores dos alunos do 1.^o ou 2.^o grupo, quando socorridos, ficam a cargo do Conselho Tutelar.

Aos alunos do 2.^o grupo e aos filhos dos cabos e soldados, mesmo do 3.^o grupo, poderá o Conselho, quando o julgar atendível, prestar o auxílio que fôr possível em conformidade com os seus recursos e condições de vida dos pais desses alunos.

17.^a

O aluno que fôr socorrido por ser órfão de pai, perde o direito a esse beneficio se sua mãe casar novamente, podendo ser mudado de grupo segundo as condições do novo estado de sua mãe.

18.^a

Tendo-se effectuado a admissão dos alunos nos diversos estabelecimentos, será pelo Conselho Tutelar comu-

nicado aos conselhos administrativos e outras estações, por onde seus pais forem abonados de vencimentos, qual a importância mensal que lhes deve ser descontada, o que será averbado na respectiva folha de vencimentos.

As importâncias descontadas serão mensalmente pagas ao Conselho Tutelar ou directamente ou por intermédio da Agência Militar.

Ao Conselho Tutelar será remetida relação em duplicado das importâncias mandadas pagar, devendo indicar em observação os números dos alunos a quem dizem respeito.

Uma das relações ficará arquivada no Conselho Tutelar e o duplicado será devolvido com o competente recibo.

As pensões dos alunos do 5.º e 6.º grupo devem ser pagas por trimestres adiantadamente.

19.ª

O milicianos nas condições do decreto n.º 7:823, de 1921, têm os mesmos direitos dos oficiais do quadro permanente.

20.ª

O Conselho Tutelar pode determinar que os alunos sejam abatidos ao efectivo dos estabelecimentos e entregues às famílias quando as pensões não forem pagas com a devida regularidade, tendo em vista o disposto no artigo 113.º e seus parágrafos do regulamento do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, quanto aos alunos do mesmo Instituto.

21.ª

Os menores indigentes ou pobres admitidos nos estabelecimentos da Obra Tutelar dos Exércitos, quando residentes fora de Lisboa, depois de julgados aptos pela junta médica, darão entrada no mesmos estabelecimentos logo em seguida à inspecção, se seus pais ou tutores assim o desejarem.

22.ª

Quando o pai ou o responsável pela educação de algum aluno de qualquer estabelecimento não desejar que ele continue no mesmo, entregará declaração escrita ao director respectivo, o qual o mandará abater, se em tal não vir inconveniente, comunicando logo este facto ao Conselho Tutelar para liquidação do seu débito de pensões e outros fins.

Relativamente aos alunos do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército será observado o disposto no artigo 113.º e seus parágrafos do respectivo regulamento.

23.ª

Os subsídios de que trata a disposição 2.ª serão concedidos mediante requerimento, que será acompanhado de certidões de nascimento dos menores, nota de assentos do pai, atestados passados pela junta de paróquia, confirmados pela autoridade administrativa, da pobreza ou indigência dos menores e da pessoa de família que os tem a seu cargo, no qual se deve declarar a importância dos proventos ou recursos de que vivem, bem como se vivem em companhia do requerente os menores para quem é pedido o subsídio.

Nas localidades de fora da capital onde haja unidades militares, serão estes pedidos informados pela delegação do Conselho Tutelar na respectiva unidade.

Estes subsídios, só em casos extraordinários, julgados atendíveis pelo Conselho Tutelar, poderão ir além dos catorze anos para os menores do sexo masculino e dos dezasseis para o sexo feminino.

24.ª

Os responsáveis pela educação dos menores, mesmo que sejam da classe civil, podem entregar nos conselhos administrativos das unidades ou estabelecimentos militares as importâncias destinadas ao Conselho Tutelar, para onde será feita a transferência por intermédio da Agência Militar.

Continua em vigor o que se acha regulamentado e não é alterado pelas presentes disposições.

Paços do Governo da República, 24 de Abril de 1924.—
O Ministro da Guerra, *Américo Olavo Correia de Azevedo*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

8.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 9:615

Sob proposta do Ministro do Comércio e Comunicações, e com fundamento no n.º 5.º do artigo 25.º da carta de lei de 9 de Setembro de 1908, tendo ouvido o Conselho de Ministros: hei por bem decretar que no capítulo 2.º do orçamento do Ministério do Comércio e Comunicações, em vigor para o actual ano económico, seja reforçada a dotação do artigo 12.º «Ajudas de custo e despesas de transporte» com a quantia de 83.000\$, por transferência dos seguintes artigos:

4.º — Pessoal na disponibilidade	2.000\$00
6.º — Pessoal técnico dos serviços de obras públicas	60.000\$00
8.º — Architectos e engenheiros auxiliares em tirocinio	1.000\$00
10.º — Pessoal de obras públicas na disponibilidade	20.000\$00
<i>Total</i>	<u>83.000\$00</u>

O Presidente do Ministério e Ministro das Finanças e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 24 de Abril de 1924. — *MANUEL TEIXEIRA GOMES — Alvaro Xavier de Castro — Alfredo Ernesto de Sá Cardoso — José Domingues dos Santos — Américo Olavo Correia de Azevedo — Fernando Augusto Pereira da Silva — Domingos Leite Pereira — Nuno Simões — Mariano Martins — Helder Armando dos Santos Ribeiro — Júlio Ernesto de Lima Duque — Joaquim António de Melo e Castro Ribeiro*.

Decreto n.º 9:616

Sob proposta do Presidente do Ministério e Ministro das Finanças e do Ministro do Comércio e Comunicações, tendo ouvido o Conselho de Ministros e com fundamento no artigo 19.º da lei n.º 882, de 17 de Setembro de 1919: hei por bem decretar que do orçamento do Ministério das Finanças em vigor para o actual ano económico sejam transferidas para o do Comércio e Comunicações as seguintes importâncias:

Capítulo 8.º:

Artigo 31.º-A — Pessoal do quadro especial 800\$00

Capítulo 22.º:

Artigo 91.º — Melhorias de vencimento. 3.794\$24

Total 4.594\$24